

QUESTÕES DE GÊNERO E A MULHER COM DEFICIÊNCIA: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA

GENDER ISSUES AND WOMEN WITH DISABILITIES: A NECESSARY DISCUSSION

Simorelda Alves Ferreira¹
Sanny Fernanda Nunes Rodrigues²

Resumo: Não se pode negar os avanços acerca dos estudos e discussões sobre gênero, raça/etnia, classe social, religião. Porém, pensar a transversalidade desses estudos com outro marcador da diferença, a deficiência, ainda é um longo percurso a ser trilhado. Observa-se que falar sobre a deficiência acaba sendo degelado aos âmbitos da biomedicina e da saúde, enquanto áreas das ciências humanas e sociais, parecem não ter se apropriado dessa temática como deveria, de modo a compreender a complexidade que envolve a discussão da deficiência interseccionando com outros marcadores sociais. Para a análise dessa temática, buscar-se-á fundamentos teóricos através de uma pesquisa bibliográfica, trazendo indicadores sociais que destacam a situação de desvantagem das mulheres e de mulheres com deficiência, objetivando uma maior visibilidade para o debate acerca dessas discussões atreladas aos estudos de gêneros, buscando uma maior articulação, visando a construção de políticas pública mais efetivas para esse eixo da população.

Palavras-chave: Deficiência; Relações de Gênero; Políticas Públicas; Interseccionalidade.

Abstract: One cannot deny the advances in studies and discussions about gender, race/ethnicity, social class, religion. However, thinking about the transversality of these studies with another marker of difference, disability, is still a long way to go. It is observed that talking about disability ends up being relegated to the areas of biomedicine and health, as areas of human and social sciences, it seems not to have appropriated this theme as it should, in order to understand the complexity that involves the discussion of disability intersecting with other social markers. For the analysis of this theme, theoretical foundations will be sought through bibliographical research, bringing social indicators that highlight the disadvantageous situation of women and women with disabilities, aiming at greater visibility for the debate about these discussions linked to studies of

¹ Mestranda da Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão, Pedagoga, Psicopedagoga, Especialista em Transtorno do Espectro Autista, Professora Hospitalar atuando na área de Desenvolvimento e Reabilitação Infantil. simorelda@hotmail.com; Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-3768-6977> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5570506893129853>

² Pedagoga, Especialista, Mestre e Doutora em Multimídia em Educação (Universidade de Aveiro – PT, reconhecido pela UFRJ). Professora Adjunta III do Departamento de Educação – UEMA. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (UFMA), Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UEMA) e Doutorado em Ensino – RENOEN/UEMA. rodriguessanya@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6492-7732> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5638131664583072>

genders, seeking greater articulation, aiming at the construction of more effective public policies for this axis of the population.

Keywords: Disability; Gender Relations; Public Policies, Intersectionality.

INTRODUÇÃO

O presente ensaio nasce a partir dos estudos realizados na disciplina de Gênero, Cultura e Sociedade no âmbito do Mestrado em Cultura e Sociedade, da Universidade Federal do Maranhão-UFMA. Na referida disciplina foram realizadas abordagens sobre gênero, sexualidade, pautas raciais e tantos outros temas que se interseccionam. E durante todo percurso da disciplina, iniciou-se uma indagação, dentre tantas pautas relevantes onde se encontra as discussões sobre a pessoa com deficiência? E mais precisamente, qual lugar que a mulher com deficiência ocupa no contexto social?

Observa-se que no estudo da pessoa com deficiência, essa temática aparece sendo pautado nas áreas da saúde, biomedicina, mas as áreas de ciências humanas e sociais ainda não atende a problemática, não como deveria.

A partir do questionamento e entendimento acima, faz-se necessário uma busca na literatura para melhor compreender os estudos que têm sido feitos com relação a essa temática, e no presente ensaio, mais precisamente à mulher com deficiência.

Analisando a história da pessoa com deficiência, observa-se que esta foi pautada na busca por direitos. E hoje, verifica-se que os direitos assegurados foram graças a tantas pessoas que não se acomodaram e partiram em busca de direitos.

Não se pode negar que ainda persistem na construção do imaginário social a percepção da pessoa com deficiência como alguém que requer cuidados em demasia, ou que não tem vontade própria, ou ainda que é sempre aquele ser infantilizado, e incapaz de responder sobre sua vida e seus desejos, sendo sempre tutelada a alguém, que comanda e determina sua vida. E nesse sentido, esquece-se que essas pessoas têm tantas necessidade e desejos como qualquer outro humano.

Essa visão simplista acerca da pessoa com deficiência, e mais precisamente da mulher com deficiência, limita sua possibilidade de protagonismo e empoderamento de suas escolhas, seja quanto sua sexualidade, no acesso e equidade em áreas educacionais e profissionais e todos os aspectos de sua vida.

Não há como negar as inúmeras vertentes que poderiam ser abordadas nesse ensaio, como a relação do cuidado delegado naturalmente às mulheres e sua relação com

a deficiência, tanto da exigência de cuidado que algumas pessoas exigem por serem mais dependentes, como de aspectos relacionados ao corpo e os estigmas que carregam, como: o culto ao corpo perfeito, a aparência ditada por um modelo socialmente aceito e todas as nuances que se entrelaçam como uma condição do indivíduo. Porém, para o presente ensaio, será feito um recorte destacando alguns indicadores sociais que demonstram a situação de exclusão e invisibilidade de pessoas com deficiência. Posteriormente, inicia-se uma discussão sobre a relação de gênero e deficiência, trazendo um breve percurso e evolução do modelo médico, passando pelo social até chegar ao modelo biopsicossocial de deficiência e por fim, destaca-se a situação de vulnerabilidade vivenciada por mulheres com deficiência atualmente.

Assim, este trabalho tem como foco a análise das discussões de gênero e principalmente o papel ocupado pela mulher com deficiência na construção social, além de destacar a necessidade de discutir os problemas relacionados a esse público aliado a tantos outros marcadores sociais.

MÉTODO

O presente ensaio pautou-se nos textos utilizadas na disciplina Gênero, Cultura e Sociedade, no Mestrado em Cultura e Sociedade, da Universidade Federal do Maranhão, e metodologicamente, serve-se de uma revisão bibliográfica acerca das relações de gênero com a deficiência nas bases de dados Scielo, Periódicos Capes e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações.

A pesquisa deu-se durante o curso da disciplina, durante todo segundo semestre de 2023 e para a realização desse ensaio, mais precisamente, dos meses de setembro a dezembro de 2023. Para seleção dos textos foram utilizadas as palavras-chave “gênero” e “deficiência”, “mulher com deficiência” utilizando aquelas publicações realizadas nos últimos dez anos, 2014 a 2024.

RESULTADOS

Dos trabalhos pesquisados acerca da temática “gênero”, “deficiência”, “mulher com deficiência”, verificou-se temas abordando a relação gênero e deficiência, a invisibilidade da mulher com deficiência e os muitos desafios enfrentados por essa parte da população.

No artigo de Dantas, Silva e Carvalho (2016), intitulado “Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento”, traz uma metodologia baseada na história oral, analisando a história de uma jovem com deficiência intelectual, evidenciando-se a superação do rótulo incapacitante e “[...] o processo de empoderamento e o exercício da autoadvocacia na vida de pessoas com deficiência como condições que influenciam o reconhecimento da identidade de gênero e das questões de sexualidade”. (idem, 2016, p. 560) No decorrer do texto, as autoras destacam as diversas dimensões vivenciadas pela personagem, as dimensões familiares, do trabalho, da educação e vida social e como esses influenciaram sua trajetória em busca da “superação das visões distorcidas sobre as pessoas com deficiência e do rótulo incapacitante como base para o reconhecimento de ser uma mulher empoderada e com a capacidade de tomar decisões na vida” (idem, 2016, p. 566).

Soares, Covre-Sussai e Sento-Sé (2022) em seu artigo “Discriminação salarial de trabalhadores(as) com deficiência no Brasil: uma análise interseccional por gênero e raça/cor”, evidenciam que há discriminação salarial para as quatro deficiências analisadas, visual, auditiva, motora ou mental, quando se compara com pessoas empregadas sem deficiência. Destacando a deficiência visual severo como a que mais sofre mais discriminação. Porém, outros marcadores sociais acabam se sobrepondo e são mais discriminados quanto comparadas com as deficiências analisadas. As autoras destacam que:

[...] verificou-se também a hipótese da interseccionalidade de que os marcadores sociais da desigualdade se acumulam. Para tal, foram incluídas interações nos modelos apresentados. Os resultados das interações mostram que as mulheres sofrem mais discriminação salarial que os homens e que a presença de deficiências potencializa essa discriminação salarial, o que corrobora a hipótese da interseccionalidade. (Soares, Covre-Sussai; Sento-Sé, 2022, p. 11).

A tese de doutorado de Pereira (2016), “Deficiência, raça e gênero: análise de indicadores educacionais brasileiros”, faz uma análise dos indicadores educacionais de pessoas com deficiência, em relação ao gênero e raça, buscando fontes no IBGE e no Censo Escolar. E os resultados apontam que a combinação entre categorias gênero e raça intensificam a desigualdade no acesso à escolarização de pessoas com deficiência e ressaltam ainda que “[...] as alunas com deficiências declaradas negras têm maior desvantagem ao acesso à escolarização.” (Pereira, 2016, p. 128).

Dentre alguns estudos lidos, chamou atenção os trabalhos de dissertação de mestrado e tese de doutorado de Anahí Guedes de Melo, “Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo: uma análise antropológica de experiências e narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência (Melo, 2014) e “Olhar, (não) ouvir, escrever: uma autoetnografia ciborgue” (Melo, 2019), dentre outros artigos da autora. Melo busca discutir possibilidades de análise entre os estudos feministas e de gênero com o campo de estudos sobre deficiência.

Assim, percebe-se que o estudo sobre a interseccionalidade e esses diversos marcadores sociais são prementes e a tensão existente faz-se necessária solicitando um aprofundamento e maior discussões da temática, sendo essa a proposta do presente ensaio.

AS RELAÇÕES DE GÊNERO E OS INDICADORES SOCIAIS

A cultura patriarcal, construída ao longo da história, tem atribuído papéis específicos para mulheres e homens, e, nesse sentido, acabam por acentuar estereótipos de gênero que impactam e diminuem a autonomia e igualdade das mulheres. Mas, ao longo desse percurso histórico essa perspectiva vem passando por mudanças e muitas dessas estão pautadas na luta feminina e nesse sentido “[...] ler e falar sobre o patriarcado é desnaturalizar nossa existência. É reparar que existe um sistema estrutural que ainda mantém a hierarquia da sociedade” (Aronovich, 2019, p.17).

Nesse sentido, considera-se que o patriarcado tem suas origens pautadas em sociedades que estavam abandonando o caráter nômade para a exploração da agricultura e com um caráter mais sedentário, consolidando as estruturas hierárquicas que concedem as mulheres papéis de subalternidade. (Larner, 2019).

Assim, como no trabalho doméstico, considerado algo exclusivo às mulheres, a tarefa de cuidado, da família, dos filhos, do marido é, também, relegada à mulher. E nesse sentido, verifica-se que essas normas estabelecidas podem resultar em discriminação, violência de gênero e limitações nas oportunidades para as mulheres em diversas áreas, como educação, emprego e participação social.

No entanto, é crucial destacar que a sociedade está em constante mudança, e movimentos feministas e de igualdade de gênero têm desafiado e continuam desafiando as estruturas patriarcais. Mudanças significativas nas últimas décadas têm trabalhado para desconstruir estereótipos de gênero, promover a igualdade de oportunidades e questionar as normas que perpetuam a desigualdade. A busca por relações de gênero mais justas e

equitativas é um processo contínuo, envolvendo a conscientização, a educação e a promoção de políticas inclusivas que reconheçam a diversidade e a dignidade de todas as pessoas, independentemente do gênero.

Mas, mesmo diante de tantas mudanças e a maior participação da mulher nos ambientes formais de trabalho, maior nível de escolarização, participação social, ocupação em cargos políticos, a mulher ainda é a principal responsável pelos afazeres domésticos e pelos cuidados de pessoas, como mostra dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relacionados ao tema “Outras Formas de Trabalho 2022”, da Pnad Contínua de 2022:

Em 2022, 148,1 milhões de pessoas de 14 anos ou mais de idade realizaram afazeres domésticos no próprio domicílio ou em domicílio de parente, te, o que corresponde a uma taxa de realização⁴ de 85,4%. Enquanto 91,3% das mulheres realizaram alguma atividade relacionada a afazeres domésticos, essa proporção foi 79,2% entre os homens (Brasil, 2022, p. 2).

Com relação aos Cuidados de Pessoas”, verifica-se que “[...] a taxa de realização desses cuidados se diferencia conforme o sexo: enquanto 34,9% das mulheres afirmaram realizá-los, entre os homens essa taxa foi 23,3%” (Brasil, 2022, p. 4). Ao tomar como referência o marcador da cor ou raça, os dados apontam uma diferença maior entre mulheres pretas e pardas das brancas, sinalizando que o marcador da cor da pele ainda dita muitas regras, discriminações e opressões, conforme se vê abaixo, publicado pelo IBGE:

As pessoas pretas (29,4%) e pardas (31,0%) apresentaram taxas de realização maiores que as das pessoas brancas (27,4%). Essa diferença foi sensivelmente mais marcante entre as mulheres: enquanto 38,0% das mulheres pardas e 36,1% das pretas realizaram tais cuidados em 2022, a taxa de realização entre as brancas foi 31,5% (Brasil, 2022, p.6).

Com relação, mais especificamente às pessoas com deficiência, em consonância com sugestões internacionais, o Brasil passou a fazer coleta e aprimoramentos metodológicos relativos a esse tema (Brasil, 2022). Em 2022, publicou o documento “Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais no Brasil” realizado pelo IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2019 e Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2019. O documento dispõe sobre a caracterização sociodemográfica desse contingente populacional, além de contemplar dados relacionadas ao trabalho, educação, saúde, participação e gestão, rendimento e moradia, fazendo recortes regionais e de grupos populacionais específicos (Brasil, 2022).

No que se refere a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, com foco na “taxa de participação” que corresponde a divisão da força de trabalho pela população com 14 anos e “taxa de desocupação”, que mostra a interação entre os que buscam trabalho e não obtiveram sucesso, observou-se que:

[...] as pessoas com deficiência apresentaram, em 2019, taxas de participação (28,3%) e de formalização (34,3%) muito menores do que as das pessoas sem tal condição (66,3% e 50,9%, respectivamente), sendo a desocupação observada nesse contingente (10,3%) maior do que a verificada entre as pessoas sem deficiência (9,0%) (Brasil, 2022 p.3).

A desigualdade persiste até mesmo para aquelas pessoas com nível superior, e nesse caso, a taxa de participação foi de 54,7% para pessoas com deficiência e 84,2% para as sem deficiência (Brasil, 2022).

Outro dado relevante e que merece atenção é com relação ao rendimento, os dados apontam que as pessoas com deficiência recebem em média, R\$ 1.639,00 mensais, o que corresponde a aproximadamente 2/3 do que recebem as pessoas sem deficiência, e que equivale a um valor aproximado de R\$ 2.619,00 (Brasil, 2022).

Percebe-se que mesmo com tantas conquistas, as lutas de mulheres e homens são distintas, e quanto entra em pauta marcadores sociais como raça/etnia, gênero, classe social e deficiência, essas distinções se exacerbam, tornando-se urgente o debate sobre tantas contradições. Nesse sentido,

Intervenções e políticas públicas são necessárias em muitos casos, mas elas precisam também de um aporte teórico mais comprometido com a realidade das pessoas e não de um senso de ‘justiça’ apurado e ingênuo quanto às relações sociais concretas. Não só a vulnerabilidade intrínseca aos grupos ‘minoritários’ foi relativizada, mas a própria noção de poder (Moreira, 2017, p. 254).

Assim, não basta apenas apontar para a necessidade de políticas públicas que discutam esses marcadores que se interseccionam, visto que em muitos casos ainda estão pautadas em assistencialismo e pouco levam em consideração a complexidade que as envolvem.

INICIANDO UMA DISCUSSÃO SOBRE GÊNERO E DEFICIÊNCIA

A discriminação e desigualdade de gênero são questões complexas que afetam muitas mulheres em todo o mundo. E com relação às mulheres com deficiência, essas questões tornam-se ainda mais acentuadas, resultando em uma interseccionalidade que

exacerba as desigualdades e apresenta desafios únicos, pois há um caráter estigmatizante devido à sua condição física ou mental.

Segundo Rams (2010, p. 2742),

El género y la discapacidad interactúan colocando a las mujeres con diversidad funcional en una posición desigual respecto a los hombres y a las personas sin discapacidad. Por lo tanto sufren un mayor índice de marginación y exclusión social que desemboca en una violación de los derechos humanos más básicos³.

A ideia tradicional de feminilidade muitas vezes exclui as mulheres com deficiência, reforçando a ideia de que a validade e o valor das mulheres estão intrinsecamente ligados à sua aparência física ou habilidades. Isso pode resultar em sentimentos de inadequação e exclusão, perpetuando uma visão estreita e limitada do que significa ser uma mulher.

Leandro Colling (2018, p.23), em seu livro *Gênero e Sexualidade na Atualidade*, destaca que:

Quando Simone de Beauvoir diz, em *O segundo sexo*, que “não de nasce mulher, torna-se mulher”, ela já estava colaborando com a discussão sobre a desnaturalização do gênero feminino. Isso porque, inicialmente, se pensou o sexo (aqui pensado na genitália da pessoa) enquanto um dado da natureza e o gênero como um dado da cultura.

Para a análise do conceito de gênero, destaca-se a historiadora norte-americana Joan Scott, que pontua que o núcleo central da categoria de gênero gira em torno de duas proposições: “(1) o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado as relações de poder” (Scott, 1995, p. 86). Assim, para a autora acima, o gênero é construído a partir das relações que são desenvolvidas pelos indivíduos e que há relações de poder imbrincadas nesse processo.

Butler (2015) vem se contrapondo ao pensamento do gênero como construção social. Para ela,

Em algumas explicações, a ideia de que o gênero é construído sugere certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a

³ O gênero e a deficiência interagem colocando as mulheres com diversidade funcional em uma posição desigual em relação aos homens e as pessoas sem deficiência. Portanto, sofrem um maior índice de marginalização e exclusão social que resultam em uma violação dos direitos humanos mais básicos. (tradução da autora).

“cultura” relevante que “constrói” o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino (Butler, 2015, p. 23).

Assim, para Butler (1990, p.44), “[...] não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias “expressões” tidas como seus resultados.” Desse modo, entende-se que a identidade de gênero é realizada ou, até mesmo, produzida através das práticas sociais.

Mesmo Judith Butler não abordando diretamente sobre a deficiência, ousa-se apontar que sua obra dialoga com os estudos acerca da problemática da deficiência, principalmente quando a autora fala sobre corpos abjetos e destaca:

O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “não-vivíveis” e “inabitáveis” da vida social que, não obstante, são densamente povoadas por aqueles que não alcançam o estatuto de sujeito, mas cujo viver sob o signo do “inabitável” é necessário para circunscrever o domínio do sujeito (Butler, 2019, p. 22).

Dessa forma, a lógica normativa produz preconceitos e exclui sujeitos por diversos marcadores sociais, seja pela cor da pele, etnia, classe social, nacionalidade e, também, por aspectos ligados a deficiência.

E com isso, torna-se oportuno referenciar Kimberlé Crenshaw (2002), quando traz a pauta a discussão sobre interseccionalidade e seus desafios. Se a discussão sobre a deficiência ainda é algo muito elementar, o que dirá a discussão no campo da interseccionalidade, quando as diversas formas de discriminação e opressão de entrelaçam como gênero, raça, classe social e as questões da deficiência? A análise acerca da deficiência atrelada a outros marcadores deve ser mais bem compreendida e estudada, visto que as estruturas sociais muitas vezes não reconhecem plenamente a complexidade das identidades, o que pode levar à exclusão e à falta de representação para alguns grupos sociais (Crenshaw, 2002).

Posto isso, a análise sobre o conceito da deficiência, faz-se necessária diante de todo estigma que carrega, sendo uma categoria colocada à margem da sociedade, sujeita a exclusão, principalmente devido ao conceito literal de “deficiente”, aspecto que será debatido a seguir.

DEFICIÊNCIA E IDENTIDADE

Iniciamos essa seção, considerando a perspectiva história do termo deficiência. Para isso, considera-se que a mudança na perspectiva do conceito de deficiência foi gerada

[...] dentro de uma discursividade de poder que, no caso da nossa época, esteve profundamente ligado ao saber médico e que nos anos seguintes, em especial a partir da segunda metade do século XX começou a se modificar. (Magalhães, 2012, p. 28).

O modelo médico estava centrado em uma perspectiva física ou patológica, centrada nas limitações e incapacidades, e que em muitas vezes não levavam em consideração o contexto do indivíduo com deficiência, pautando nos tratamentos médicos, de reabilitação física e busca pela cura. (Diniz, 2007).

A transição do modelo médico para o modelo social começou a ser travada com os estudos do Paul Hunt. Em 1972, ele elabora uma carta para o Jornal Inglês The Guardian, onde expunha a dificuldade das pessoas com lesões físicas, que não tinham condições de participação social e que deveriam ser ouvidas pelo Parlamento. Após a grande repercussão de sua carta, quatro anos depois foi criada a Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação - UPIAS que pode ser considerada a “[...] primeira organização política sobre deficiência a ser formada e gerenciada por deficientes” (Diniz, 2007, p. 14). No seio da UPIAS muitos estudos foram realizados, e para eles a “[...] deficiência não vinha da lesão corporal e das características biológicas desta, mas da situação de opressão enfrentada pelos indivíduos portadores de algum tipo de lesão no seio da sociedade capitalista (Magalhães, 2012, p.31).

Esse novo modelo propõe que a deficiência não é somente uma problemática médica, mas também é ditada pelas barreiras sociais e do ambiente que restringem a participação das pessoas com alguma deficiência. Conforme Diniz (2007, p.23), “[...] para o modelo médico, a lesão levava a deficiências; para o modelo social, sistemas sociais opressivos levavam pessoas com lesões a experimentarem a deficiência”.

Em 1980, a Organização Mundial de Saúde (ONU), com objetivo de sistematizar a linguagem biomédica relacionada a lesão e deficiência, publica a Classificação Internacional de lesão, deficiência e handicap – ICIDH. Mas esta foi alvo de inúmeras críticas, pois refletia uma visão médica e patológica da deficiência, como analisa o autor abaixo:

[...] o sistema proposto pela ICIDH não apenas classificava a diversidade corporal como consequência de doenças ou anormalidades, como também considerava que as desvantagens eram causadas pelas

incapacidades do indivíduo com lesão de se adaptar à vida social” (Diniz 2007, p, 46).

Assim, em 1990, a ICIDH inicia uma revisão, que foi concluída em 2001 com a publicação da Classificação Internacional de Funcionalidade, incapacidade e Saúde (CIF), passando por uma mudança significativa na compreensão e abordagem da deficiência, com uma proposta mais holística e abrangente, onde a deficiência passa a ser compreendida diante de fatores biológicos, psicológicos e sociais. Há uma perspectiva de compreender não apenas as limitações funcionais, mas também os recursos, habilidades e as barreiras sociais que uma pessoa com deficiência pode enfrentar (Diniz, 2007).

Sumarizando, a transição do modelo médico para o modelo biopsicossocial representa um avanço crucial na promoção da inclusão e igualdade para pessoas com deficiência. Ao considerar as diversas dimensões da experiência da deficiência, esse modelo oferece uma abordagem mais abrangente e centrada na pessoa, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Porém, mesmo com a mudança na perspectiva para o modelo biopsicossocial e a forma de pensar a deficiência, ainda há um contexto de preconceito, invisibilidade e violência relacionada a pessoa com deficiência e seus corpos ainda são estigmatizados, como sinalizam os autores abaixo:

Concebemos o fenômeno da deficiência como um processo que não se encerra no corpo, mas na produção social e cultural que define determinadas variações corporais como inferiores, incompletas ou passíveis de reparação/reabilitação quando situadas em relação à corponormatividade, isto é, aos padrões hegemônicos funcionais/corporais. (Melo; Nuernberg, 2012, p.636).

É preciso entender que a forma como a sociedade lida com a deficiência também afeta a construção da identidade das pessoas com deficiência. A inclusão ou exclusão dessas pessoas em diversos aspectos da vida cotidiana, como educação, emprego, lazer e relacionamentos, desempenha um papel significativo em sua autoestima e percepção de pertencimento. Assim, identidade é “[...] um processo de construção que não realizamos de forma totalmente autônoma, sozinhos. Identidade sempre é relacional, depende do diferente, do outro, da diferença, para que saibamos quem somos”. (Colling, 2018, p. 11)

A construção da identidade de uma pessoa é fortemente influenciada por sua cultura, que inclui valores, normas sociais, crenças e tradições. Quando se trata de deficiência, esses elementos culturais desempenham um papel fundamental na formação da percepção e aceitação dessas pessoas. Em algumas culturas, a deficiência pode ser

vista como uma parte integral da diversidade humana, enquanto em outras pode ser estigmatizada ou mal compreendida.

A discussão ainda não se encerra aqui, continuando como objeto de discussão, assumindo outros olhares as formas de tratamento do termo deficiência.

DEFICIÊNCIA COMO MARCADOR DA DIFERENÇA

Ao longo do tempo a deficiência foi vista como um fator limitante, uma condição que divide pessoas, de um lado aquele indivíduo inválido, coitado, dependente e do outro, as “pessoas normais”. Essa visão simplista da deficiência, que reduz a pessoa a uma condição física, desponta como um marcador da diferença, que nada mais é que uma forma capacitista de pensar o indivíduo. Segundo Melo (2019, p.25), “[...] o capacitismo também é essa forma hierarquizada e naturalizada de conceber qualquer corpo humano como algo que deve funcionar, agir e se comportar de acordo com a biologia”. Contrapõem-se a essa forma de ver o ser humano, ao compreender que a deficiência não define uma pessoa, mas que é uma característica entre muitas que compõem a singularidade de ser humano. Enquanto a anterior forma de ver a pessoa com deficiência, acaba por perpetuar preconceitos que são prejudiciais e cria barreiras que dificultam a inclusão plena desses indivíduos na comunidade.

Nesse sentido, destaca-se a participação das mulheres com deficiência no contexto profissional, que muitas vezes se deparam com obstáculos para conseguir emprego ou avançar em suas carreiras. Estereótipos de gênero e atitudes discriminatórias podem resultar em salários mais baixos, menor progressão na carreira e, em alguns casos, a completa exclusão do mercado de trabalho, conforme demonstraram os dados da pesquisa “Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais no Brasil” do IBGE/2022.

De acordo com os dados citados, observa-se que quanto os marcadores se interseccionam há maior índice de preconceitos e exclusão, revelando uma teia significativa de discriminação, apontando para uma “[...] situação peculiar de dupla vulnerabilidade, que se torna ainda mais complexa a partir da incorporação das categorias de raça/etnia, classe, orientação sexual, geração, região e religião” (Melo, 2012, p. 640).

Outro aspecto que merece atenção é com relação as violências vivenciadas pelas mulheres com deficiência. Nesse aspecto, a violência de gênero é outra área em que a interseção entre a cultura patriarcal e a deficiência tornam-se evidentes. Mulheres com deficiência são mais propensas a serem vítimas de abuso, muitas vezes devido à

percepção errônea de sua vulnerabilidade e à falta de recursos adequados para protegê-las.

Melo em sua dissertação intitulada: *Gênero, Deficiência, Cuidado e Capacitismo: Uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência*, destaca que a

“Violência de gênero” aqui é compreendida como uma categoria múltipla e relacional da violência que atinge diversos segmentos de mulheres, não se restringindo à análise dimensional de gênero, porquanto esse fenômeno se encontra em todas as esferas sociais e abrange uma pluralidade de contextos socioculturais atravessados por relações de poder imbricadas em múltiplas interseções, dentre elas a deficiência. (Melo, 2014 p.76).

Dados do Atlas da Violência 2023 mostram que em 2019 mais de 7,6 mil casos foram registrados no Brasil de violência contra pessoas com deficiência, sendo as mulheres com deficiência intelectual as maiores vítimas (56,9%), e o lugar que mais ocorreu violência foi em casa (58,5%).

O Atlas da Violência destaca, ainda, que:

Esses achados corroboram evidências de extensas revisões sistemáticas apontando que as pessoas com deficiência sofrem significativamente mais violência doméstica e familiar do que aquelas sem deficiência. O espaço doméstico, portanto, configura-se como um ambiente de risco, especialmente para mulheres. A dependência do(s) agressor(es) para cuidados e assistência, bem como o medo de retaliação e outras consequências negativas – caso o abuso seja relatado – constituem barreiras à denúncia e à busca por ajuda. (Atlas de Violência, 2023, p. 71).

Nesse sentido, destaca-se que, mesmo com os avanços relacionadas às pessoas com deficiência no Brasil, mesmo com uma legislação mais robusta que tenta resguardar os direitos, os dados apontam quanto a necessidade de ampliar a discussão acerca do acesso das pessoas com deficiência viabilizando maior participação social, como se lê abaixo:

Embora experimentem os mesmos tipos de violência que as pessoas sem deficiência, as pessoas com deficiência (PcD) enfrentam maior risco de vitimização, em razão de fatores como dependência e assimetria de poder em relação a familiares e cuidadores, barreiras de comunicação, estereótipos e estigma. (Atlas, 2023, p.69).

Assim, pontuar a deficiência como marcador da diferença é destacar a forma marginal como esse corpo ainda é tratado, como as condições são restritas e as oportunidades não são conseguidas, por ser mulher e mais ainda, por ser um corpo com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse ensaio, pretendeu-se alertar para a necessidade de maior discussão acerca dos aspectos que envolvem as questões de gênero atreladas ao contexto da deficiência. Mesmo entendendo que essa temática já avançou e ganhou espaços nos últimos tempos, ainda é notório que não atendem as demandas das mulheres com deficiência, pois considera-se que quando dois marcadores ou mais se sobrepõem, constitui-se maior complexidade.

Porém, após a leitura e melhor compressão acerca dos temas abordados, no que se refere a deficiência, questões de gênero e mais especificamente, mulher com deficiência, não se pode exigir que uma pauta se sobreponha a outra. E nesse sentido, resgata-se a autora Audre Lorde (2009, p.2), referenciando o texto “Não existe hierarquia de opressão”, onde a autora destaca que por pertencer a vários grupos que se interseccionam (pessoa negra, lésbica, feminista, socialista, poeta, mãe de duas crianças) aprendeu que

[...] a opressão e a intolerância com o diferente existem em diversas formas, tamanhos, cores e sexualidades e que alguns níveis de discriminação vêm do mesmo lugar que o racismo – a crença na superioridade inerente de uma raça sobre todas as outras e, assim, seu direito de dominar... Não tenho como achar que estar livre da intolerância é direito de apenas um grupo específico. E não tenho como escolher em que frente vou lutar contra essas forças discriminatórias, independente de que lado elas estejam vindo para me derrubar. E quando elas aparecerem para me derrubar, não irá demorar a que apareçam para derrubar você.

Assim, diante de toda discussão proposta, faz-se imprescindível ir de contra a uma lógica que considera que existam grupos universais com os mesmos interesses e motivações. Entende-se que questões sociais diversas exigem enfrentamentos diversos. Nesse sentido, a perspectiva interseccional precisa ser analisada a luz da realidade de cada segmento, compreendendo suas peculiaridades, fragilidades e potencialidades, pois do contrário, permanecerá uma visão simplista que homogeneiza e desconsidera as singularidades dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

ARONOVICH, Lola. Prefácio. IN LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução de Luiza Sellera. 1 ed. São Paulo: Cultrix, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade** Trad. de Renato Aguiar. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. **Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista.** Caderno de Leituras n. 78. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. 1990.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: Os limites discursivos do “sexo”.** 1ª edição. São Paulo, 2019.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2023.** Brasília: Ipea; FBSP, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9350-223443riatlasdaviolencia2023-final.pdf> Acesso em: 28 dez. 2023.

COLLING, Leandro. **Gênero e sexualidade na atualidade.** - Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** Rev. Estudos feministas, Florianópolis, Ano 10, p. 171-188, 1º sem. 2002. (Trad. Liane Schneider). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011> Acesso em: 28 dez. 2023.

DANTAS, Taísa Caldas; SILVA, Jackeline Susann Souza; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento.** Rev. bras. educ. espec. 20 (4) • dez 2014

DINIZ, Débora. **O que é deficiência.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

FARIAS, Adenize Queiroz de. **Trajetórias educacionais de mulheres: uma leitura interseccional da deficiência.** Teses (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9920>. Acesso em 04 jan.2024.

GELAIN, Denise Gasperin. **Deficiência física e violências cotidianas: experiências de mulheres.** Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA. IBGE. **Outras formas de trabalho 2022.** Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102020_informativo.pdf. Acesso em: 20 dez. 2023.

_____. **Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais no Brasil.** Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101964_informativo.pdf. Acesso em 20 dez. 2023.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens.** Tradução de Luiza Sellera. 1 ed. São Paulo: Cultrix, 2019.

LORD, Audre. **Não existe hierarquia de opressão**. In: Sou sua irmã. Escritos coletados e não-publicados de Audre Lorde. 2009. Acessado no endereço: <http://www.palavraemeia.com/textos/traducoes-livres/nao-ha-hierarquia-de-opressao/> Acessado em 05 jan.2024.

MAGALHÃES, Érika Barreto. **O corpo rebelado: dependência física e autonomia em pessoas com paralisia cerebral**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Programa de Pós – Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza. Ceará, 2012.

MARQUES, Maria de Fatima Jeronimo. **Questões de gênero na vida de mulheres mães de crianças com deficiência**. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2019.

MELO, Anahi Guedes de. **Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/182556>. Acesso em 20 dez.2023.

MELLO, Anahi Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano H. **Gênero e deficiência: interseções e perspectivas**”. Revista Estudos Feministas, v. 20, n. 3, p. 635-655, dez. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000300003&lng=en&nrm=iso Acesso em: 17 dez. 2023.

MELLO, Anahi Guedes de. Olhar, (não) ouvir, escrever: uma autoetnografia ciborgue. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215355>. Acesso em 17 dez 2023.

MISKOLCI, Richard. **A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização**. Sociologias, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/BkRJyv9GszMddwqpnrcrJvdn/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 03 de jan.2024.

MOREIRA, Felipe. **Corporalidades não-hegemônicas em intersecção: a experiência da teoria Crip**. In CASTRO, Ana Lúcia de; LANDA, Maria Inés. **Corpos, poderes e processos de subjetivação: discursos e práticas na cultura contemporânea**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica 2017. P. 253 a 270. Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAcademica/ApoioaoEnsino/LaboratorioEditorial/serie-temas-em-sociologia-n10---ebook.pdf#page=254>. Acesso em 27 de dez. 2023.

PEREIRA, Michelle Melina Gleica Del Pino Nicolau. **Deficiência, raça e gênero: análise de indicadores educacionais brasileiros**. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/18946>. Acesso em 04 jan.2024.

RAMS, Pilar González. **Las Mujeres con discapacidad y sus múltiples desigualdades:** un colectivo todavía invisibilizado en los Estados latinoamericanos y en las agencias de cooperación internacional. XIV Encuentro de Latinoamericanistas Españoles: congreso internacional. Santiago de Compostela, España. 2010.

SCOTT, Joan. Gênero uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 15, n.2, 77-99, 06 – 12/1995.

SOARES, Jadir; COVRE-SUSSAI, Maira; SENTO-SE, Isadora Vianna. **Discriminação salarial de trabalhadores(as) com deficiência no Brasil:** uma análise interseccional por gênero e raça/cor. *Civitas - Revista De Ciências Sociais*, 22,2022.

VITÓRIO, Janaína Damásio. **Trajetórias de mulheres com deficiência:** do ensino superior ao mercado de trabalho sob o olhar do gênero. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. CRICIÚMA-SC, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/5474>. Acesso em 04 jan.2024.

TORRES, Natali Esteve. **Trajetória de mulheres com deficiência na educação superior:** barreiras e possibilidades. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Maria. RS, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/16365>. Acesso em 04 jan.2024.